



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 558

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014 e da Portaria nº 1.411/STN, de 20 de maio de 2022, **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato Normativo, dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontra o demonstrativo da despesa com pessoal (alínea a do inciso I do art. 55 da LRF).

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**

Ministro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**,

MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em 24/05/2022, às 18:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2653311** e o código CRC **54E83CFD**.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECSTMD/DORFI

ANEXO Nº ÚNICO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2021 A ABRIL 2022

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$100

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.727.888,23	47.884.440,55	35.226.910,97	35.362.242,57	35.562.486,95	35.855.973,30	54.210.931,13	41.543.532,89	36.936.168,40	36.288.996,12	36.718.032,42	35.721.370,64	467.141.343,17	7.010.892,47	474.152.235,64
Pessoal Ativo	18.140.868,50	22.295.135,58	18.012.697,44	18.217.852,12	18.498.242,37	18.555.130,33	28.685.445,32	24.484.719,36	18.434.503,29	18.788.982,30	18.568.922,37	18.546.137,43	243.226.751,03	4.080.493,55	247.307.244,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.848.470,47	18.104.143,77	14.827.506,75	15.038.141,94	15.301.276,78	15.382.005,46	22.342.909,00	21.234.850,70	16.256.253,73	15.616.851,75	16.382.892,08	15.401.920,19	201.837.973,62	4.080.493,55	205.918.467,17
Obrigações Patronais	3.192.496,03	3.190.991,81	3.185.190,69	3.178.710,18	3.184.963,59	3.173.124,87	6.342.536,32	3.249.826,28	3.178.249,56	3.182.440,55	3.186.030,29	3.144.217,24	41.388.771,41	0,00	41.388.771,41
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.586.631,73	25.689.304,97	17.214.213,53	17.144.390,45	17.078.243,78	17.300.842,77	25.528.145,81	17.058.812,91	17.501.673,11	17.489.923,82	17.149.100,05	17.176.233,21	223.914.592,14	2.930.402,92	226.844.995,06
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.767.850,38	15.520.495,82	10.355.045,41	10.370.914,57	10.382.265,43	10.507.916,31	15.464.399,42	10.253.204,44	10.174.023,21	10.241.429,13	10.215.731,90	10.223.767,32	134.478.950,64	2.929.127,15	137.408.077,79
Pensões	6.818.840,76	10.168.809,15	6.859.168,07	6.773.575,88	6.695.978,35	6.792.926,46	10.063.746,39	6.805.608,47	7.327.649,90	7.248.494,69	6.933.378,15	6.951.465,89	89.437.641,50	1.275,77	89.438.917,27
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	69.827,82	4.087,76	17.214.049,23	17.145.119,42	17.078.736,03	17.314.260,11	25.528.638,06	8.679.764,35	847.853,52	36.259,15	73.631,10	98.319,16	104.088.551,87	2.828.044,88	107.016.596,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.618,18	6.618,18	6.618,18	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	48.788,51	0,00	48.788,51
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	63.209,74	-2.530,42	-2.646,18	-2.696,64	0,00	0,00	0,00	14.569,49	841.241,34	29.640,97	67.012,92	91.700,98	1.089.503,18	0,00	1.089.503,18
Inativos e Pensionistas com Pécúrios Vinculados	0,00	0,00	17.210.077,30	17.147.322,81	17.078.243,78	17.313.767,86	25.528.145,81	8.664.702,62	0,00	0,00	0,00	0,00	302.940.260,18	2.828.044,88	105.868.305,04
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.657.830,21	47.880.252,79	18.012.861,68	18.217.123,16	18.485.750,12	18.641.712,89	28.684.953,07	32.963.768,54	36.088.228,88	36.252.856,97	36.644.401,22	35.623.051,48	363.052.791,30	4.082.947,61	367.135.638,91

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		1107.751.621,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (A) + (B)		367.135.638,91
LIMITE MÁXIMO (VII) (inciso I e II, art. 20 da LRF)		0,002289%
LIMITE FUNDACIONAL (VIII) = (0,35 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		0,000976%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		0,020547%

FONTE: Tesouro Geral, Justiça Militar da União, 13/5/2022, 14h00min.

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da DMU = 0,000579% e Limite Prudencial da DMU = 0,076547% conforme Resolução CNT nº 177/2013.

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS
Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Auditoria Interna

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 23/05/2022, às 19:31 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS, SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA**, em 23/05/2022, às 19:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **AFONSO IVAN MACHADO, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, em 24/05/2022, às 11:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS GOMES MATTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 24/05/2022, às 18:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2653318** e o código CRC **DE959971**.

2653318v4

Sector de Autarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br>